

O Talhado do Monte de São Sebastião (Santa Luzia/PB/Brasil): a identidade Quilombola como forma de inclusão social

Caráter da Produção de Conhecimento: Investigação em curso

GT 08- Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Eulália Bezerra Araújo (UFPB/PB/BRASIL)
Jordânia de Araújo Souza (UFPE/PE/BRASIL)
Mércia Rejane Rangel Batista (UFCEG/PB/BRASIL)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo dissertar sobre como moradores do bairro São Sebastião – Monte –, no município de Santa Luzia na Paraíba, que se reconhecem enquanto descendentes da Serra do Talhado, a partir dos laços de parentesco e da ideia de compartilharem uma origem comum, ao se auto-identificarem com a identidade quilombola instauraram um processo de reivindicação pelo reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo, no plano do poder público. A ênfase da pesquisa recaiu-se sobre uma parcela de moradores do bairro São Sebastião que se auto-definem através das categorias de parentesco, e vem buscando articulações com agentes externos de forma a liderar o processo de reivindicação pelo reconhecimento de sua situação, enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo.

Palavras-chave: Parentesco; Reconhecimento; Quilombo.

Introdução

O Vale do Sabugi Paraibano, situado no Sertão do Estado da Paraíba, presenciou a certificação, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), de três comunidades enquanto remanescentes de comunidades de Quilombos: Serra do Talhado (2004/Santa Luzia-PB), Comunidade Urbana de Serra do Talhado (2005/Santa Luzia-PB) e Pitombeira (2005/Várzea-PB).

Após o reconhecimento da Serra do Talhado, temos um cenário de emergência de outras comunidades reivindicando à FCP a certidão de remanescente de quilombo, sob o argumento de compartilharem a mesma origem e/ou manterem relações de parentesco com a Serra do Talhado.

Assim, no decorrer dos últimos anos, moradores do bairro São Sebastião – Monte –, na cidade de Santa Luzia/PB, que através dos laços de parentesco e da origem comum, se reconhecem enquanto oriundo e pertencente a Serra do Talhado, veem de maneira mais efetiva, juntamente com agentes vinculados a organizações não governamentais (AACADE¹ e ProPAC²), acionando o Estado em um processo de reivindicação pelo reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo.

De acordo com os dados obtidos por meio da observação participante, averiguamos que a vinda de pessoas que desceram a Serra do Talhado e se instalaram no bairro São Sebastião, acabou por gerar um grupo no Monte, formado por pessoas que compartilham histórias de vida, que possuem laços de parentesco e que se pensam como originários da Serra do Talhado. Tendo em vista que a Serra do Talhado é reconhecida pelo poder público enquanto um quilombo, então, os que compartilham sua história também querem ser reconhecidos pelo Estado enquanto quilombolas.

Mesmo estando cientes de sua condição, e sabendo da coerência de seus argumentos na fundamentação de sua identidade quilombola, a população do Monte não possui o conhecimento específico, ou seja, não possuem os conhecimentos jurídicos e burocráticos, de como proceder para

¹ Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes

² Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos

requerer o registro no livro de cadastro geral da FCP e expedição de Certidão como Comunidade Remanescente de Quilombo. Desse modo, a atuação de mediadores, especificamente da AACADA e do ProPAC, é de grande importância, tanto para explicar como acontece as certificações como para orientar nos procedimentos necessário.

O reconhecimento de uma comunidade quilombola

Diante do cenário de pesquisa, poderemos entender e explicar a situação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, para tanto, pautamo-nos na proposta de José Maurício Arruti (2006), que definindo um modelo descritivo das etnogêneses, objetiva se aproximar de um quadro de referência do *processo de formação quilombola*. Processo este quadripartido entre nomeação, identificação, reconhecimento e territorialização. (ARRUTI, 2006, p. 45).

Ao discorrer sobre o processo de nomeação, Arruti procura demonstrar como determinadas e atuais comunidades passaram a ser classificadas enquanto remanescentes de quilombo a partir de uma categoria jurídica. Arruti (2006) demonstra que a “categoria ‘remanescentes de quilombos’ é um exemplo privilegiado de como o poder simbólico de nomeação depositado no Estado pode, ao menos em partes, criar as próprias coisas nomeadas”, Contudo, a categoria ‘remanescentes de quilombos’ presente no artigo 68 do ADCT da CF/1988 e suas atuais conjunturas, “é um exemplo também de como tais criações, por estarem fundadas no campo prático-discursivo do Direto, dependem de um universo de intérpretes que ultrapassa, em muito, o campo de ação do próprio Estado” (ARRUTI, 2006 p.121). Ou seja, o Estado nomeou e reuniu em uma categoria um conjunto de comunidades, e fez isso, classificando-as enquanto remanescentes de quilombo.

Se o reconhecimento das comunidades negras rurais como quilombolas deu significado a uma demanda pela pluralização dos diretos, sustentados na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população compreendida pelos limites territoriais do Estado brasileiro – uma subversão relativa das práticas divisórias inicialmente apontadas –, a necessidade de atrelar tal reconhecimento a um ato de nomeação do Estado, no entanto, levou também a converter aquela subversão inicial em um processo de fixação e cristalização de novas identidades – não só administrativas e legais, mas também políticas e étnicas. (ARRUTI, 2006 p.122)

Seguindo o modelo de Arruti (2006), compete-nos, no espaço deste artigo descrever os processos de reconhecimento e de identificação vivenciados pelos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião.

Diante das situações observadas, entre os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião, foi possível perceber que os órgãos estatais competentes, ao nomear a Serra do Talhado e a Comunidade Urbana de Serra do Talhado enquanto remanescentes de quilombo, acabou por gerar algumas situações e a configurar um contexto no qual as questões e as disputas acerca da ideia de quilombo começaram a emergir entre os moradores do Monte.

O movimento de identificação dos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião está diretamente atrelado ao processo de reconhecimento da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, pois foi com a certificação dessas duas comunidades que a população que se reconhece enquanto do Talhado começou a conhecer e a se familiarizar com a nova nomenclatura – quilombo e quilombolas. Foi a partir da emissão das Certidões que se inicia o processo de identificação, ou seja, aos poucos é que se começa a entender e a fazer uso do discurso quilombola, tanto como uma forma de posituação da identidade de “ser do Talhado”, como enquanto uma forma de reconhecer e demonstrar uma situação de desrespeito social.

Em certa medida, o processo de identificação com as ideias de quilombo, foi vivenciado por todos aqueles que se reconhecem como pertencentes ao Talhado – ou, nos termos mais corriqueiros, por todos que se veem como sendo “negros do Talhado”. Esse sentimento de pertencimento é

construído a partir da ideia de que a população do Talhado é composta por uma única família, de modo que todo mundo é parente. Então, ser descendente de Zé Bento – o primeiro habitante e fundador do Talhado – e ter uma relação de parentesco ou de herança com a Serra do Talhado são os elementos constitutivos do pertencimento ao grupo.

O pertencimento ao Talhado também é marcada pelo compartilhamento da discriminação sofrida pelos demais grupos que compõem a sociedade santa-luziense. O termo “negros do Talhado” expressa a distinção entre quem é de quem não é do Talhado; termo este utilizado para denominar os do Talhado de uma forma pejorativa, mas que agora é re-significado e positivado pelos do Talhado, de modo, a demonstrar uma nova posição, de reivindicadores de sua cidadania.

O processo de reconhecimento da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado se efetivou devido à atuação dos mediadores, ou melhor, daqueles que possuem um arsenal jurídico, com os quais se tornam eficientes na concretização de ações burocráticas.

Assim, a Certidão da Comunidade de Serra do Talhado foi emitida por meio da atuação de mediadores como o Movimento Negro Brasileiro, a FCP, o Pacto do Vale do Sabugy e os políticos de Santa Luzia, sendo que o requerimento enviado a PCP foi assinado por uma então vereadora da cidade. Em entrevista concedida a nossa pesquisa, a vereadora conta que sua participação na militância em favor dos direitos da população negra de Santa Luzia se dar desde sua juventude, mas foi como legisladora e com a articulação com instituições e militantes da causa quilombola que ela conseguiu instaurar a discussão e solicitar a certificação da Serra do Talhado como comunidade remanescente de quilombo.

Então, a certificação da Serra do Talhado pela FCP foi o resultado de uma série de discussões e conjunturas, entre as quais se inclui instituições públicas e políticas, pois como a própria vereadora pronuncia “quem não reconhecia o Talhado era o poder público”. Assim, as ações desses mediadores tornam pública a situação da Serra do Talhado.

Em 2005, um ano depois a emissão da Certidão da Comunidade de Serra do Talhado, através da orientação da presidente da AACADE, a presidente da Associação das Louceiras, requereu junto a FCP a certificação da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, localizada no bairro São José. A presidente da Associação das Louceiras conta que o requerimento enviado à FCP foi escrito junto com a presidente da AACADE, debaixo de uma árvore - um juazeiro – em frente ao Galpão das Louceiras: “era eu contado minha história, e a presidentes da AACADE escrevendo”.

Em entrevista, com a presidente da AACADE³ e com um dos fundadores dessa Associação⁴, explanam sobre sua atuação e sobre a situação de algumas comunidades quilombolas na Paraíba no processo de auto-reconhecimento.

A conjuntura de agentes mediadores é composta pela ideia de uma luta que passa pela arena política, capaz de garantir a plena institucionalização dos direitos. Para muitos, como se está lidando com populações que foram mantidas em condição de exclusão, a mediação pode ser plenamente legitimada, quase uma tutela.

Retomando o foco; as Certidões da Comunidade de Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado conferiu a essas comunidades o direito a políticas públicas, como distribuição de cestas básicas, programa do leite, bolsa família, construção de cisternas, construção

³ A associação AACADE surgiu a partir da iniciativa de um grupo formado por professores, educadores populares, assistentes sociais, agentes de saúde e voluntários que se dedicavam a prestar assessoria à população do campo, em especial a trabalhadores e famílias sem terra. Iniciando suas atividades no ano de 1997 na região de Alagoa Grande, suas ações estavam voltadas diretamente para as comunidades rurais da região. Em seguida, essa entidade amplia seu campo de atuação, prestando apoio e assessoria às comunidades afro-descendentes, passando assim, a atuar em outras regiões do estado da Paraíba.

⁴ Entrevista realizada no dia 2 de junho de 2008, em decorrência da pesquisa para construção do texto monográfico, no qual procuramos descrever como a atuação de agentes da AACADE promoveu a emergência e certificação de comunidades remanescentes de quilombo na Paraíba, tendo como exemplo etnográfico o caso da comunidade Grilo, localizada no município de Riachão do Bacamarte; na ocasião estava acompanhada dos amigos: Luiz Rivadávia Prestes de Almeida e Jordânia de Araújo Souza. O processo de auto-reconhecimento da localidade do Grilo foi iniciado a partir de discussões fomentadas pelos membros da AACADE, através de visitas e reuniões, com o intuito de instaurar entre os moradores desta localidade a percepção de que formam uma comunidade negra rural e quilombola e, por isso, são portadores de direitos específicos. A Certidão da Comunidade Grilo foi publicada no DOU no dia 12 de maio de 2006.

e reforma de casa, dentre outras. Então, após 2004 e nos anos seguintes, boa parte das políticas públicas destinadas a comunidades quilombolas já vinham sendo aplicadas nessas comunidades, e simultaneamente a efervescência das ideias e questões sobre quilombo.

Em síntese, a atuação de mediadores que concretizou a certificação das comunidades quilombolas da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, e assim o reconhecimento na esfera pública de tais situações de desrespeito, também garantiu a aplicação de políticas públicas que objetivava sanar essas situações.

Atrelado ao processo de reconhecimento da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado gerou-se entre a população que se pensa como originários do Talhado o processo que Arruti denominou de *processo de identificação*, isto é, a população pertencente ao Talhado foi aos poucos assimilando a conjuntura, na qual estão inseridos, constatando sua situação de desfavorecidos, e se vendo enquanto sujeitos de direitos.

Identificando-se com o discurso quilombola, as pessoas do Talhado começam – na expressão de Nóbrega (2007) – a assumir essa identidade de forma estratégica e desigual; com o termo, de forma estratégica, possamos entender que a comunidade começa a fazer uso do caráter político da identidade quilombola.

Após a efetivação do processo de reconhecimento, questões começam a surgir: Por que outras situações de desrespeito vivenciadas por pessoas do Talhado também não são sanadas pelo poder público? Por que só alguns têm direitos e outros não, se todos são pertencentes de uma mesma família? Este é o caso dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião que vieram morar no bairro São Sebastião por **n** motivos, uns ganharam suas casas, outros compraram, outros por já terem parentes morando lá, outros ainda por já terem nascido lá, muitos vieram devido ao êxodo rural ocasionado pela falta de trabalho, seja pela escassez de terra, pela seca ou pelo declínio dos plantios de algodão.

Então, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião que compartilham o pertencimento a Serra do Talhado questiona – se também somos do Talhado por que não somos reconhecidos e não usufruímos dos direitos e benefícios que as pessoas do Talhado e do São José usufruem?!

Desde as primeiras visitas ao bairro São Sebastião e desde as primeiras investidas na realização da pesquisa de campo, percebemos que foram essas questões que impulsionaram o interesse dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião de serem reconhecidos como remanescentes de quilombo.

Os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ao se identificarem com o discurso quilombola começam a procurar meios de requer da FCP a Certidão como comunidade remanescente de quilombo, e a reparação de sua situação de desrespeito.

Segundo as histórias contadas durante o processo em que se reivindicou a Certidão da Comunidade Urbana de Serra do Talhado cogitou-se a possibilidade de também reivindicar a Certidão para o grupo de moradores do bairro São Sebastião, tendo em vista a constante argumentação de que esse bairro é o que congrega o maior número de pessoas do Talhado.

Recentemente, quando essa questão é levantada as explicações oferecidas consistem na afirmação de que os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião negavam sua identidade, “não querem ser “negros do Talhado”, não querem ser quilombola.”

A observação e a pesquisa nos fizeram entender que o termo “negro do Talhado” é uma referência cunhada de forma pejorativa e a interconexão entre as expressões “negro do Talhado” e “quilombolas” gera situações em que ambos denunciam um grupo alvo de discriminação, e assim, rejeita-se e nega-se não a identidade ou o Talhado como lugar de origem, mas sim, esquiva-se da constante desqualificação pelo fato de pertencer a um lugar.

Porém, nesse processo, a definição das palavras quilombo e quilombolas assumem a sua função. Contudo, como se auto-afirmar fazendo uso de termos que se desconhece o significado – o que é quilombo?! O que é ser quilombola?! Mas aos poucos as palavras vão criando sentido, em conversas com os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, eu faço questionamentos sobre o que é quilombo, o que entendem por quilombo e se veem o Talhado como um quilombo; nas

respostas se enfatiza que o Talhado é um quilombo por causa da distância, do quilômetro; realizando uma nítida associação entre as palavras quilombo e quilômetro, mas mesmo com a inocência das palavras, se expõe a ideia de que quilombo é sempre associado a um lugar distante, de difícil acesso. Em outras respostas se explica que quilombo é o lugar que os negros iam para fugir da escravidão, e que o Talhado é um quilombo porque os antigos devem ter sido escravos e devem ter fugido e se escondido no Talhado.

O que podemos fazer nesse momento é descrever acontecimentos que presenciamos ou que nos foram narrados, e assim, apresentar os mecanismos utilizados pelos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião no *processo de reconhecimento*.

De acordo com a definição dada por Arruti (2006, p. 45), o *processo de reconhecimento* consiste no momento em que a esfera pública toma conhecimento da situação de desrespeito sofrida por uma coletividade, ou seja, quando um determinado grupo se apresenta enquanto sujeito político e de direito, e que pela sua ação política os seus direitos começam a ser ratificados.

Tendo em vista que a esfera pública, mas especificamente, os órgãos competentes, ainda não tomaram conhecimento da situação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, então, iremos descrever as ações empreendidas por estes e pelos mediadores, na objetivação de que esse reconhecimento venha a acontecer. E assim, já que o reconhecimento dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ainda não foi oficializado, a exemplo de Arruti (2006), optamos por denominar o movimento aqui descrito de *processo de reivindicação do reconhecimento*.

Entendendo por *processo de reivindicação do reconhecimento* todas as ações políticas, jurídicas e comunitárias que objetivam reivindicar uma nova condição, no caso dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião a condição de Comunidade Remanescente de Quilombo. Ou seja, todos os procedimentos que antecipam o reconhecimento propriamente dito.

Durante o período de pesquisa, foi possível presenciar a atuação de mediadores, como representantes do ProPAC e agentes da AACADE, na formação e legalização da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião, bem como no projeto pela Certidão enquanto comunidade remanescente de quilombo.⁵

Dentro do bairro São Sebastião, Esmeralda⁶ é nossa principal informante, ela é solteira, mãe de duas filhas e de um filho, residindo com duas netas no bairro São Sebastião, exerceu desde criança o ofício de louceira, primeiro na Serra do Talhado, depois quando veio morar na zona urbana de Santa Luzia fabricava a louça em sua própria residência, até que o Galpão das Louceiras foi construído no bairro São José, onde trabalhou durante muitos anos na confecção de louça de barro. Conforme, as histórias narrada por Esmeralda, conta que desde sempre se preocupou com a situação das pessoas do Talhado que vivem no Monte: “sempre quis que as pessoas daqui tivessem o mesmo direito que as pessoas do São José, têm tanta gente aqui que precisa.”

Esmeralda explana que sempre participou das discussões sobre os quilombolas em Santa Luzia, e por inúmeras vezes acompanhou a presidente da Associação das Louceiras, ou mesmo a representou em reuniões e encontros entre comunidades de quilombo. Nessas ocasiões, afirma que procurava saber o que seria preciso fazer para certificar o bairro São Sebastião enquanto uma área quilombola. Segundo Esmeralda, as respostas eram as mesmas: - “é só ter alguém para enfrentar, assumir a liderança”; ao mesmo tempo em que seu nome era sugerido, e a sua resposta era sempre a mesma: - “não, eu não, eu não sei ler, isso é para quem sabe ler”.

A articulação de Esmeralda com instituições não governamentais – a exemplo da AACADE – resulta na composição de uma liderança, pois essas articulações inseriram Esmeralda em um circuito mais amplo de informações sobre as questões de comunidades quilombolas. Ou seja, Esmeralda acaba sendo a detentora das informações, como também fomentadora das reivindicações dos direitos dos quilombolas, assumindo os trabalhos em prol da certificação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião enquanto quilombolas.

⁵ Até então, a Certidão da Comunidade Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião ainda não tinha sido emitida pela FCP.

⁶ Substituímos o nome da representante dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião pelo pseudônimo Esmeralda, por uma questão de ética e para evitar qualquer tipo de constrangimento.

Então, os moradores do bairro São Sebastião que se reconhecem enquanto pertencentes ao Talhado estão, por meio da atuação de Esmeralda e mediadores, reivindicando o reconhecimento de sua situação de remanescentes de quilombo.

Na atual conjuntura de emergência de comunidade quilombolas e cumprimento de requisitos burocráticos para a obtenção do reconhecimento os líderes comunitários começam a assumir alguns novos papéis. A própria composição de líderes começa a perpassar lógicas hodiernas.

No advento de associações de comunidade quilombolas, essas novas lideranças na maioria dos casos assumem o cargo de presidente da associação e as demandas dessa posição, em assuntos na maioria das vezes burocráticos.

Assim, Esmeralda exercendo atualmente o papel de liderança, em representatividade dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, vem buscando parceria com membros da AACADE⁷ com o intuito de obter informações e orientação sobre os procedimentos necessários para se reivindicar junto a FCP a emissão da Certidão de Auto-Reconhecimento enquanto Remanescente das Comunidades dos Quilombos.

Durante o ano de 2009, Esmeralda agendou e organizou reuniões entre os membros da AACADE e os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião; nessas reuniões foram explicados os procedimentos e o significado do auto-reconhecimento.

No dia 12 de setembro de 2009 no período da tarde, em uma casa desocupada, acontece com a presença de agentes da AACADE uma reunião com os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião, na qual foi explicado que é a partir da certificação de uma comunidade quilombola que alguns direitos podem ser acionados, mas para que isso possa acontecer é necessário que eles queiram ser reconhecidos enquanto quilombolas.

Em 24 de setembro de 2009, outra reunião acontece durante a noite, em frente à casa de Esmeralda, na qual a presidente da AACADE explana sobre a importância, ou melhor, necessidade da formação de uma associação que possa responder e pleitear de forma consistente os direitos de quilombo; Explica que a associação é composta por uma diretoria, mas todos tinham que participar e trabalhar junto.

Uma terceira reunião acontece em 17 de outubro de 2009 com o objetivo de nomear os membros que comporão a primeira diretoria da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião, esteve presente a presidente da AACADE e o representante do ProPAC, que ponderaram sobre as discussões feitas por ocasião de reuniões anteriores sobre a necessidade de se criar uma entidade e sobre a responsabilidade da associação.

No dia 15 de maio de 2010 o representante do ProPAC juntamente com as pessoas indicadas para ocuparem os cargos da diretoria da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião realiza uma reunião, na qual o representante do ProPAC lê a ata da reunião supra descrita, e explica que na ata precisa conter o nome completo e o número do RG e do CPF dos integrantes da diretoria, informações que ele não dispunha. Então, programam o envio dessas informações e uma próxima reunião é agendada para o dia 21 de maio.

Assim, a Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião foi registrada em Cartório no dia 21 de setembro de 2010, a partir da Ata da Assembleia de Constituição que ocorreu no dia 17 de outubro de 2009. O Estatuto Social, da referida Associação, foi registrado em Cartório no dia 24 de setembro de 2010.

Robustecendo as ideias que viemos afirmando, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião almejam que a FCP lhes conceda a Certidão de Remanescentes de Comunidades de Quilombo. Agora, para receber a Certidão de Auto-Reconhecimento faz-se necessário requerer à FCP o registro no livro de cadastro geral e a expedição de Certidão como Comunidade Remanescente de Quilombo, e esse requerimento é feito através do preenchimento e envio para a FCP de uma ficha que contém questões como: “A comunidade se define como grupo remanescente das comunidades dos quilombos?”; “Quem foram os primeiros habitantes quilombolas?”.

⁷ Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes. Para informações sobre a atuação da AACADA entre as Comunidades Quilombolas na Paraíba, ver: ARAÚJO, Eulália Bezerra. (2008). E também, ARAÚJO, Eulália Bezerra; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. (2008).

Porém, é relevante ressaltar que mesmo fazendo referência a Comunidade Serra do Talhado e a Comunidade Urbana de Serra do Talhado – por já estarem reconhecidas – os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião almejam serem reconhecidos enquanto uma comunidade quilombola própria.

A necessidade do cumprimento de um rol burocrático gera a seguinte situação: foi o pertencimento ao Talhado, uma identidade constituída pelos laços de parentesco e por relações com o lugar de origem, que gerou a identificação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião com o discurso quilombola, só que esse auto-reconhecimento precisa ser reconhecido pelas instâncias cabíveis do poder público.

Entendendo que a FCP e os demais órgãos estatais, não dispõem de um arsenal documental que indique todos os focos de possíveis comunidades quilombolas, faz-se necessário que essas comunidades se faça conhecer. Porém, a certidão lavrada pela FCP é uma Certidão de Auto-Reconhecimento, ou seja, ao solicitar a emissão da Certidão de Auto-Reconhecimento, a comunidade está ao se auto-reconhecendo enquanto comunidade quilombola e está requerendo que os órgãos públicos a reconheça, ou melhor, tomem conhecimento de sua situação.

De acordo com o que com o que foi explanado, o termo quilombo mesclou-se a identificação daqueles que pertencem ao Talhado, e assim, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião estão fazendo uso da identidade quilombola em prol da reivindicação de seus direitos. Contudo, é visível a distinção na utilização dos dois termos – “negro do Talhado” e “quilombola”. Ou seja, eles sabem perfeitamente que é através da categoria quilombo, que ações de políticas públicas, como, cestas básicas, casas, banheiros e as cisternas, são instaurados.

Por fim, vendo a articulação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião que vislumbra a instauração de seus direitos, enquanto remanescente de comunidades quilombolas, destacamos uma característica apresentada por Weber ao tratar de grupos étnicos. Segundo Weber, o sentimento de pertencimento a um grupo étnico – “comunhão étnica” – fomenta relações comunitárias, inclusive as políticas, porém sobre outro ponto, a comunidade política, isto é, a necessidade de se organizar para ação, em decorrência da conquista de algum objetivo, também desperta “a crença na comunhão étnica”, ou em alguns casos a reforça.

A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesmo, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de natureza mais diversa, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas. Por outro lado, é a comunidade política que costuma despertar, em primeiro lugar, por toda parte, (...), a crença na comunhão étnica, sobrevivendo esta geralmente à decadência daquela (...). (WEBER, 2004, p. 270)

Assim, em virtude das atuais articulações políticas que os descendentes do Talhado, que moram no Monte, estão efetivando, são perceptíveis a constituição de uma comunidade para ação.

Desse modo, a nossa pesquisa nos fez entender que um grupo de moradores do bairro São Sebastião reivindica a identidade quilombola por se pensarem enquanto descendentes da Serra do Talhado. E assim, no advento de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas a linguagem do parentesco é acionada pelos descendentes do Monte São Sebastião para demonstrar e fundamentar a reivindicação do registro no livro de cadastro geral e expedição de Certidão como Remanescente das Comunidades de Quilombo e o acesso as políticas públicas. Temos aqui a presença de sujeitos que ao compartilharem uma identidade passam a ser também pensados na categoria de sujeitos de direito.

E mais, desde o primórdio das histórias, contadas, sobre a Serra do Talhado sua população é posta a construir fronteiras étnicas – nos termos de Fredrik Barth (1998). A emergência das questões sobre quilombo e a sua certificação enquanto comunidade quilombola projeta a renovação das fronteiras, ou melhor, reforça-as sob novos símbolos. Os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião são representantes e vivenciam os sentidos e significados que a Serra do Talhado

produz na demarcação de suas fronteiras, entre os que são do Talhado e aqueles que não são. Porém, a mais nova classificação – quilombo – e a reivindicação instauradas pelos moradores do Monte que se pensam como do Talhado suscitam a fixação de quem pode e de quem não pode, de quem quer e de quem não pertencer a Comunidade Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião.

Considerações Finais

O desenvolvimento deste artigo teve por objetivo dissertar sobre como os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião instaurarão um processo de reivindicação da identidade quilombola, como também o reconhecimento pela esfera pública dessa identidade.

A Comunidade da Serra do Talhado reivindicou seu reconhecimento enquanto remanescente de quilombo, não por compartilhar um conhecimento histórico do termo quilombo, mas por compartilhar uma situação de desrespeito com seus direitos enquanto cidadãos. Já os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ao se pensarem enquanto pares dos então reconhecidos remanescentes de quilombo, e ao identificarem e questionarem sua situação de desrespeito, se organizam em uma comunidade política (nos termos de WEBER, 1922) para reivindicar o cumprimento da lei.

Em resumo, apresentamos um cenário em que a certificação da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado enquanto remanescente de quilombo passa a denominar uma população como quilombola, porém, nem todos os que se pensam como originários do Talhado são dessa forma reconhecidos, e este é atualmente o caso dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião. Por não estarem morando, na época da certificação, nem na Serra do Talhado, nem no bairro São José, os moradores do bairro São Sebastião, que compartilham o pertencimento ao Talhado, foram excluídos da categoria de quilombolas e conseqüentemente dos direitos exclusivos as comunidades quilombolas.

Saindo do Talhado e instalando residência no bairro São Sebastião, com o tempo um considerado número de moradores deste bairro é composto por um grupo que compartilha a ideia de uma origem comum, ligada a história da Serra do Talhado. Então, devido ao *processo de identificação* com o discurso quilombola produzido devido aos efeitos ocasionados com a Certificação da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, um grupo que classificamos como descendentes do Talhado do Monte São Sebastião passam a se pensar também enquanto descendente de quilombo e sujeitos de direitos.

Identificando-se com o discurso quilombola e orientados por agentes mediadores, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião começam a reivindicar o reconhecimento público de sua condição de comunidade remanescente de quilombo. Esse processo de reivindicação do reconhecimento pela legitimidade de sua identidade quilombola é pautado com base nos elos de origem e de parentesco que os ligam com a Serra do Talhado.

Reforçando a ideia de que as comunidades quilombolas podem se constituir fora do seu lugar de origem, realçamos que o Monte São Sebastião não é a Serra do Talhado, nem em concepções territoriais, nem históricas, porém, para alguns moradores desde bairro, se pensar enquanto oriundo do Talhado é a categoria predominante no exercício da autodenominação, mesmo estando fora dos limites da Serra do Talhado. E é devido a relação de parentesco que os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião juntamente com os mediadores organizam as ferramentas necessárias a reivindicação da Certidão da Comunidade Quilombola Serra do Talhado do Bairro São Sebastião.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Eulália Bezerra. Grilo: um exercício antropológico sobre o processo de emergência de uma comunidade quilombola na Paraíba. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2008.

ARAÚJO, Eulália Bezerra; **BATISTA**, Mércia Rejane Rangel. Quilombos na Paraíba: notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. In: **ARIÚS**, revista de ciências humanas e artes. v. 14, n. 1/2 (jan./dez. 2008). Campina Grande: EDUFCG, 2008.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **POUTIGNAT**, P.; **STREIFF-FENART**, J. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. Comunidade Talhado: um grupo étnico de remanescente quilombola: uma identidade construída de fora? Dissertação apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande/PB, UEPB, 2007.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. Cap. IV, pp. 267-277. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. I. Trad. R. Barbosa e K. E. Barbosa. 4ª ed. (1ª Ed. 1922) Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004.